

PORTUÁRIOS CRUZAM OS BRAÇOS

A Codesa espera a chegada de 17 navios até o próximo domingo, que vão ficar aguardando o fim da paralisação

Os portos de Vitória, Capua, Paul, Praia Mole e Portocel terão suas operações interrompidas a partir das 7 horas de hoje, quando começa a greve por tempo indeterminado dos 5.500 portuários do Espírito Santo. O movimento atinge todos os portos do País em protesto contra o projeto do governo que desregulamenta o setor.

No Espírito Santo, o movimento não vai prejudicar os serviços de embarque de minério nos portos de Tubarão (da Companhia Vale do Rio Doce) e Ubu (da Samarco), que têm suas operações mecanizadas.

ADESÃO

A decisão de adesão à greve no Estado foi confirmada ontem em assembléia na sede do Sindicato dos Portuários, com a presença

de mais de 400 trabalhadores, que discutiram as últimas decisões tomadas em Brasília e definiram as ações de hoje.

A coordenação do movimento conseguiu aprovar, na assembléia, o funcionamento dos piquetes em todos os portões de acesso aos portos. Para amanhã, está confirmada a manifestação a partir das 13 horas na avenida República (em frente ao Sindicato dos Estivadores), seguida de passeata pelas principais avenidas da capital.

Os trabalhadores da orla marítima - portuários, marítimos, estivadores, conferentes, arrumadores, vigias, trabalhadores de bloco, consertadores e motoristas de guindastes -, segundo Irineu Barros Filho, vice-presidente do Sindicato dos Portuários, não são contra o projeto de modernização dos portos.

Ele explicou que a posição dos trabalhadores é no sentido de evitar a demissão em massa. O projeto de desregulamentação, como quer o governo, acaba com a exclusividade dos sindicatos nas

contratações dos serviços dos portos.

A greve, se não durar muito, não trará prejuízo financeiro: apenas adiará o faturamento das administradoras dos portos. Mesmo assim, é esperada uma grande movimentação na barra dos portos por causa da paralisação.

Os oito navios atracados em portos administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) - Vitória, Paul e Capua -, tinham saída prevista até o final da noite de ontem. A direção da empresa informou que outros 17 navios devem chegar até domingo e aguardar atracação.

No porto de Praia Mole, dois navios recebiam ontem carga da Usiminas. A direção da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), informou que espera navio para embarque de seus produtos, em Praia Mole, apenas amanhã.

O Portocel da Aracruz Celulose acabava de carregar ontem à tarde um navio e aguardava outro para hoje. Com a greve, até a atracação da embarcação está comprometida.



Os piquetes vão tentar impedir a entrada nos portos

Comissão adia votação de destaques

BRASÍLIA — O presidente da Comissão Especial da Câmara que examina o projeto de modernização portuária, deputado Luís Roberto Ponte, adiou para hoje a votação dos 506 destaques ao substitutivo do relator, deputado José Reinaldo Tavares, depois que os integrantes da comissão pediram maior empenho do governo em negociar um projeto de consenso.

A sessão durou menos de uma hora e contou com a presença do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), do líder do bloco, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), além dos integrantes da comissão.

A reunião para votação dos destaques ao substitutivo do projeto de lei do Executivo, aprovado na última semana, começou às 19h30. A sala estava lotada por portuários e representantes dos empresários. Os trabalhadores se negaram a suspender a greve enquanto não ficar firmado um acordo formal entre as partes para que sejam atendidas as suas reivindicações, principalmente a manutenção do monopólio dos serviços.

DECISÃO

Ponte tomou a decisão de adiar a votação após ouvir o apelo de todos os parlamentares presentes a reunião, para que o governo deixe a sua posição intransigente e aceite negociar.

“Há dois anos que não encontro interlocutores no governo para tentar o acordo sobre os portos”, criticou o deputado Gastone Righi (PTB-SP).

Apesar do adiamento e da tentativa de se chegar a um consenso, os presidentes das federações de trabalhadores — Mário Teixeira (avulsos), João Batista Quintas Filho (empregados da administração portuária) e Luiz Augusto Vieira Braga (estivadores) — mantiveram a greve, cujo início está marcado para as 7 horas de hoje. “Só suspenderemos a greve depois que o governo assumir o compromisso e atender os pontos defendi-

dos pelos trabalhadores”, disse Vieira Braga. O principal ponto defendido pelos trabalhadores é a manutenção do monopólio dos serviços em poder dos sindicatos, que, no entender das federações, deixará de existir se o substitutivo do relator, deputado José Reinaldo Tavares, ficar como foi aprovado na última quinta-feira.

O deputado Luís Roberto Ponte

convocou as federações para uma reunião às 9 horas de hoje, na liderança do bloco governista. Eles vão tentar encontrar um consenso sobre a matéria, que tramita na Câmara desde fevereiro do ano passado. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, concordou com o adiamento, desde que o projeto seja votado no máximo até na próxima terça-feira.

A POLÊMICA DA REGULAMENTAÇÃO DOS PORTOS

O que está em jogo no Congresso

Por que os portos devem ser modernizados

- Os custos dos portos brasileiros são maiores. A tonelada embarcada custa US\$ 4,5 em Roterdã (Holanda), US\$ 6 em Hamburgo (Alemanha) e US\$ 51 em Santos (Brasil)
- Não existem mecanismos que permitam o investimento de empresários
- O controle do governo é exercido pelos sindicatos, que definem o preço e o número de funcionários necessários a cada tarifa

O que querem os sindicatos dos trabalhadores

- Encaram o monopólio da gestão da mão-de-obra como uma conquista histórica, garantida por lei e não aceitam mudanças
- Temem que a concessão de serviços e a livre contratação de trabalhadores gerem desemprego e aumentam o poder de decisão das empresas em detrimento dos sindicatos
- São contra a privatização proposta pelo governo. Querem um controle tripartite dos portos (governo, empresários e trabalhadores)

AS PROPOSTAS EM DISCUSSÃO

Projeto do governo

- Permite às empresas usuárias dos portos a livre contratação de trabalhadores
- Quebra o monopólio dos sindicatos aos permitir a criação de

cooperativas de trabalhadores avulsos, cuja contratação é hoje determinada pelos sindicatos

- Permite a contratação de mão-de-obra própria e o fornecimento de serviços para terceiros das empresas que possuem terminais privativos nos portos
 - Cada porto definirá a jornada de trabalho e as tarifas que cobrará pelo seu serviço. Os reajustes de tarifas devem ser submetidas à apreciação do Ministério da Economia em 90 dias
 - Embora sob controle da União, a construção e exploração de terminais é concedida a empresas privadas que queiram investir
- Substitutivo aprovado na Comissão de Transportes**
- São criados os conselhos gestores, formados pelas empresas usuárias e sindicatos de várias categorias
 - Toda e qualquer contratação de funcionários nos portos deve ter suas condições estabelecidas pelos conselhos gestores
 - Não permite a contratação pelas empresas que possuam terminais privativos. Fixa para todos os portos funcionamento de quatro turnos diários, ininterruptos
 - Dá liberdade total de fixação de tarifas cobradas pelos serviços portuários. Os reajustes não precisam ser submetidos a qualquer tipo de organismo federal
 - Estabelece controle da União somente nos portos em que a concessão não interesse a estados e municípios

Navio leva prejuízo de US\$ 15 mil por dia parado

RIO — A greve dos portuários marcada para hoje poderá provocar, em média, um prejuízo de US\$ 15 mil por dia para cada navio que não conseguir realizar as operações de embarque ou desembarque de mercadorias, segundo cálculos do vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Sindarma), Arsênio Carlos Nóbrega.

Para as agências marítimas do Rio, de acordo com o presidente do Sindário, Adauto Claro, a greve poderá causar um prejuízo de US\$ 1 milhão, se durar um mês.

Ambas as entidades enviaram ontem telex ao Congresso Nacional, ao ministro dos Transportes, Affonso Camargo e ao presidente da Comissão Especial da Câmara, deputado Luiz Roberto Pontes, considerando a greve “absolutamente ilegal, abusiva e que visa, através de força coercitiva, privar o Congresso de decidir soberanamente assunto de interesse nacional”.

“O Brasil está a caminho de ser o único País respeitável da América do Sul a ter um sistema portuário anacrônico”, disse Adauto Claro, prevendo que, se a reforma portuária não for implementada, “em pouco tempo o País exportará soja do Rio Grande do Sul via portos argentinos e uruguaios”.

Segundo ele, o caminho natural, nesse caso, será a utilização desses portos para embarque dos produtos produzidos em áreas próximas. Ele não acredita que o “abraço ao porto” — forma planejada pelos portuários de Santos para paralisar os serviços dos armazéns — possa ser efetivado no Rio, uma vez que o contingente de trabalhadores é pequeno.

Arsênio Nóbrega rejeitou argumentos do sindicato dos portuários de que a reforma trará desemprego, citando o exemplo do porto de Hamburgo, onde, segundo ele, o efetivo foi reduzido em 40%, mas para cada emprego do porto, foram criados quatro em empresas atraídas para a região portuária por causa da modernização.

LARICA É QUALIDADE TAMBÉM EM FAX.

**PREÇOS REDUZIDOS
NEGÓCIOS AMPLIADOS.**

Bobina para Fax
16.000,00 à vista
Validade: 19.06.92

larica EQUIPAMENTOS
PARA ESCRITÓRIO

Av. Saturnino Rangel Mauro, 420
Jardim da Penha - Tel: 225-5211